

Políticas estudantis na análise do fenômeno evasão: uma revisão sistemática

LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZI^I
CRISNA DANIELA KRAUSE BIERHALZ^{II}
<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v16i51.4339>

Resumo

Este trabalho constitui um recorte de uma dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa. Tem por objetivo verificar o impacto das políticas de permanência na evasão no ensino superior, através da análise de artigos disponíveis no portal SciELO Brasil. Como metodologia, nos valem da revisão sistemática. Entre os principais resultados, foi possível constatar que a evasão não é restrita a uma região ou área do conhecimento, e que mitigar a sua ocorrência perpassa pela necessidade de democratização das Instituições de Ensino Superior e de maior apoio aos estudantes. Também pôde ser observado que, aparentemente, a evasão no Brasil está diretamente ligada à questão econômica e, via de consequência, à necessidade de mais e maiores investimentos em políticas de auxílio estudantil que garantam aos estudantes a permanência e conclusão dos cursos.

Palavras-chave: Evasão; Ensino superior; Políticas de permanência; Brasil.

Submetido em: 15/07/2023

Aprovado em: 25/06/2024

^I Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé (RS), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-6034-6041>; e-mail: lucianecruz.aluno@unipampa.edu.br.

^{II} Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé (RS), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-5117-6415>; e-mail: crisnabierhalz@unipampa.edu.br.

Student policies in the analysis of the evasion phenomenon: a systematic review

Abstract

This work constitutes an excerpt from a dissertation presented to the Postgraduate Program in Teaching at the Federal University of Pampa. Aims to verify the impact of permanence policies on evasion in higher education, through the analysis of articles available on the SciELO Brazil portal. As a methodology, we use the systematic review. Among the main results, it was possible to verify that evasion is not restricted to a region or area of knowledge, and that to mitigate its occurrence pervades the need for democratization of Higher Education Institutions and greater support for students. It could also be observed that, apparently, evasion in Brazil is directly linked to the economic issue and, consequently, to the need for more and greater investments in student aid policies that guarantee students to stay and complete their courses.

Keywords: Evasion; University education; Permanence policies; Brazil.

Las políticas estudiantiles en el análisis del fenómeno de escape: una revisión sistemática

Resumen

Este trabajo constituye un extracto de la disertación presentada al Programa de Posgrado en Docencia de la Universidad Federal de Pampa. Tiene como objetivo verificar el impacto de las políticas de permanencia en la evasión en la educación superior, a través del análisis de artículos disponibles en el portal SciELO Brasil. Como metodología utilizamos la revisión sistemática. Entre los principales resultados se pudo constatar que la evasión no se restringe a una región o área del conocimiento, y que mitigar su ocurrencia permea la necesidad de democratización de las Instituciones de Educación Superior y mayor apoyo para estudiantes. También se pudo observar que, aparentemente, evasión en Brasil está directamente relacionada con la cuestión económica y, en consecuencia, con la necesidad de más y mayores inversiones en políticas de ayuda a los estudiantes que garanticen la permanencia y la finalización de los estudios.

Palabras clave: Evasión; Enseñanza superior; Políticas de permanencia; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o acesso à educação superior no Brasil foi privilégio reservado a apenas uma pequena parcela da população. A maioria dos brasileiros, em razão de impossibilidade de acesso e permanência, tinha expectativa de, no máximo, conclusão do ensino médio, sem quaisquer perspectivas de realização de um curso superior, já que as universidades públicas eram inacessíveis e as particulares muito caras, impossibilitando o acesso dessa parcela da população.

Vale ressaltar que o país começou a se adaptar ao modelo neoliberal no início da década de 1990. Para Saviani (2010), nesse período, a educação passa a ser percebida como um investimento para capacitar pessoas ao emprego, atrelando-se fortemente à iniciativa privada. Nesse ponto, o número de universidades privadas duplicou. A Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 concederam autonomia e maior flexibilidade administrativa. Já no início dos anos dois mil, houve uma grande expansão do acesso ao ensino superior público por parte dessa população excluída, através da criação de diversas universidades e institutos federais, além de expansão daquelas já existentes.

Entretanto, apesar da ampliação do sistema e das possibilidades de ingresso, em especial nas universidades federais, públicas e gratuitas, cujo acesso é anseio de boa parcela da sociedade, percebe-se que muitas vagas restam ociosas e que a evasão aflige as universidades públicas de maneira pariforme. Por este motivo, propõe-se o recorte do estudo sobre estas instituições.

Retomando o histórico, temos que o maior impacto veio a partir da promulgação da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) que estabeleceu às instituições federais de educação superior a reserva de cinquenta por cento das vagas para candidatos que estudaram integralmente o ensino médio na rede pública. Dispondo, ainda, que dentro desse percentual, metade deve ser para estudantes com renda familiar mensal igual ou menor que um salário mínimo e meio e a outra metade para estudantes com renda maior que esse valor, estabelecendo, também, que dentro de cada faixa de renda devam ser reservadas vagas a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

Importante ainda destacar que, já no ano 2008, através da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com o objetivo de garantir a permanência e conclusão do ensino superior. Posteriormente, referida portaria foi transformada no

Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010), o qual contemplou as suas diretrizes. Tais mecanismos tiveram a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Contudo, apesar de tais dispositivos legais terem sido determinantes para a mudança no perfil dos estudantes nas universidades federais, aparentemente eles não conseguem cumprir o seu fim social, já que, na prática, os programas e direitos neles dispostos não dão o suporte que deveriam e não são suficientes a ilidir as desigualdades sociais. Essa situação pode ser observada com facilidade quando se contemplam dados e estudos relacionados aos altos índices de evasão nas universidades brasileiras, em especial as federais.

Grandes são os prejuízos que essa situação acarreta à sociedade, quer seja material, em razão do custo despendido com a abertura e manutenção dos cursos; quer seja intelectual, decorrente do desperdício na formação de mais e melhores profissionais para o mercado de trabalho. Assim, se justifica a realização deste estudo, uma vez que a compreensão dos fatores que levam à evasão pode contribuir para o combate ao problema e, em consequência, para abrandar seus danos.

Diante disso, buscamos verificar como a literatura aborda a questão da evasão no ensino superior, tendo como foco as políticas estudantis e em que medida elas estão sendo efetivas para garantir a permanência e a conclusão dos cursos, contribuição que poderá ser importante ferramenta para apontar sugestões de avaliação e controle que auxiliem na ampliação e melhoria dessas políticas e na redução da evasão. Em tempo, importa dizer que esta escrita constitui um recorte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, cujo título é "As políticas de permanência e os seus impactos nos cursos de licenciatura da Unipampa Campus Bagé: um olhar dos estudantes em situação de evasão", concluída em dezembro de 2023.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE EVASÃO

A evasão é grande problema e maior fonte de preocupação das instituições de ensino superior, já que a ociosidade das vagas oferecidas – em grande parte em razão da evasão, acarreta irreparáveis prejuízos à sociedade.

Para Baggi e Lopes (2011, p. 1):

A evasão escolar no ensino superior é um fenômeno complexo e, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono de um curso superior.

De acordo com outro autor, Veloso (2000, p. 14):

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente os países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades socioeconômico culturais de cada país.

Como vemos, a questão da evasão é fenômeno global, que atinge de forma homogênea a todos, independentemente das especificidades das instituições de ensino ou das questões culturais dos diversos povos e regionalidades.

Para Colvero e Jovino (2014), a evasão pode ser dividida em três plataformas: 1. A microevasão, que é a evasão do curso, ou seja, o estudante desliga-se do seu curso de origem e migra para outro na mesma instituição de ensino. Nessa há um déficit para o curso, mas um ganho para o aluno, ao evitar outro tipo de evasão; 2. A mesoevasão, que é quando o aluno muda de instituição de ensino. Nessa há um ganho para o aluno e um déficit para o curso e para a instituição de origem; e, 3. A macroevasão, que consiste na saída ou abandono total do sistema superior de ensino pelo aluno. Nessa todos perdem, o aluno, a instituição e a sociedade, já que há uma perda econômica decorrente do desperdício dos recursos educacionais, já que aquele aluno gerou um custo e esse não foi devidamente aproveitado e não reverterá em nenhum proveito.

Cardoso (2008) classifica a evasão em duas categorias: aparente e real. Na evasão aparente, pode haver tanto a mudança de curso dentro da mesma instituição, quanto a transferência para outra IES. Por outro lado, na evasão real, o aluno abandona permanentemente o sistema de ensino, por uma série de razões possíveis.

É possível relacionar a classificação aparente apresentada por Cardoso (2008) com o entendimento de Colvero e Jovino (2014) sobre microevasão e mesoevasão. Já a evasão real evidenciada por Cardoso (2008) caracteriza a macroevasão conceituada por Colvero e Jovino (2014).

Temos, portanto, que de todos os tipos de evasão, a que deve ser motivo de maiores preocupações é a macroevasão ou evasão real, já que é a mais danosa, em razão do desligamento total do aluno dos sistemas de ensino e, portanto, dever ser estudada, entendida e combatida, já que esse problema não atinge apenas o aluno ou a IES à qual estava vinculado, mas a sociedade como um todo, em razão das perdas materiais e imateriais dela decorrentes.

Uma constatação que pode ser observada na análise dos artigos selecionados e apresentados na sequência, é que o problema da evasão no ensino superior é questão que atinge todo o Brasil, independentemente das diversificadas realidades culturais, econômicas e sociais regionais.

2.2 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

As políticas de permanência são fundamentais para garantir a formação superior da maioria da população brasileira. No âmbito das universidades federais, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi instituído, primeiro, através da Portaria nº 39 (Brasil, 2007) e, posteriormente pelo Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010), que teria o condão de facilitar a permanência e conclusão dos cursos daqueles alunos em situação de vulnerabilidade econômica, e buscam garantir a redução das desigualdades sociais. Esses mecanismos objetivavam ampliar as condições de permanência dos alunos no ensino superior público federal.

No âmbito das universidades federais, tais instrumentos legais visam à democratização das condições de permanência, a fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais que porventura possam interferir na conclusão dos cursos, dessa forma reduzindo as taxas de retenção e evasão nas instituições e promovendo a inclusão social, por meio da educação.

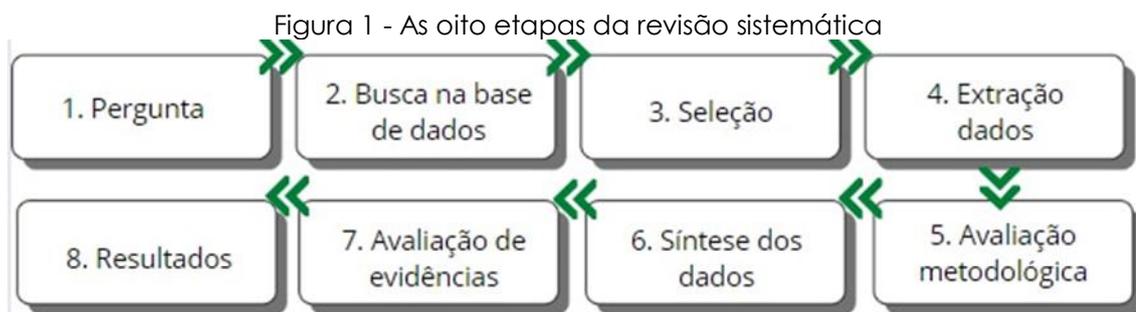
O PNAES surge, então, como ferramenta de inclusão social, oferecendo possibilidades várias de auxílios, a serem executados pela própria instituição de ensino, responsável também pelo acompanhamento e desenvolvimento dos programas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Antes de iniciar a escrita científica, impõe-se a seleção dos trabalhos atuais e relevantes acerca do tema objeto de estudo, para que se apresente um panorama hodierno da literatura sobre a questão de pesquisa. Assim, entendemos que a revisão

sistemática da literatura é metodologia apta a dar esse suporte. No dizer de Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática objetiva resumir evidências de uma intervenção específica, usando métodos claros e sistemáticos para buscar, analisar e sintetizar a informação selecionada, sendo benéfica para integrar resultados de diversos estudos, mesmo que apresentem resultados divergentes. Além de identificar lacunas nas evidências, as revisões sistemáticas orientam pesquisas futuras ao oferecer uma visão geral de todos os estudos relevantes sobre um tema.

Já para Galvão e Pereira (2014), a revisão sistemática da literatura é um método de pesquisa que se concentra em uma pergunta específica, buscando encontrar, selecionar, avaliar e resumir as evidências relevantes sobre o tema proposto. Esse processo é dividido em oito etapas distintas, demonstradas no esquema abaixo:



Fonte: A autora (2022) adaptado de Galvão e Pereira (2014).

Então, seguindo essas etapas, a primeira tarefa foi definir as palavras-chave (*string* de busca), para responder à seguinte pergunta de pesquisa desta revisão de literatura: “como a literatura aborda as políticas de permanência e seus impactos no fenômeno evasão no ensino superior?”.

Para responder à questão, escolheu-se como base de dados para a pesquisa a plataforma SciELO Brasil, pela notória importância desse espaço no que diz respeito à abrangência e diversidade nas bases de dados; pela praticidade da busca e, principalmente, pela quantidade de textos completos disponíveis.

Após estabelecermos a base de dados, iniciamos nossa pesquisa, colocando como critério de busca a palavra “EVASÃO”, que resultou em 260 trabalhos. Para refinar a busca, acrescentamos através do operador booleano “AND”, o critério “ENSINO SUPERIOR”, restando 60 trabalhos. Novamente, e para respondermos com maior propriedade à pergunta formulada, nos utilizamos do operador booleano

“AND” e acrescentamos o critério “POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA”, quando então restaram 08 (oito) artigos para análise.

Após essa busca pelas palavras-chave, acrescentamos como filtro o recorte temporal 2010/2021, cuja definição da data de início da pesquisa se deu em razão do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o PNAES, que traz como objetivos a democratização das condições de permanência na educação pública federal; minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais; garantia da permanência e conclusão da educação superior; redução das taxas de retenção e evasão; e promoção da inclusão social pela educação. E também porque queríamos verificar seus avanços na última década.

Importante que se esclareça que, apesar de não desconhecer que o PNAES é restrito às instituições federais, quando se analisou políticas de permanência, para a presente revisão de literatura, deixamos propositamente instituição de ensino de outras esferas administrativas, já que o nosso objetivo – verificar em que medidas as políticas de permanência estão sendo determinantes para a conclusão dos cursos e de que forma podem ser melhoradas e/ou ampliadas – poderá ter indicativos e sugestões de melhorias de instituições externas ao programa.

Implementado o recorte temporal, restaram 07 artigos que foram submetidos a uma leitura mais detalhada, com vistas ao crivo dos critérios de inclusão e exclusão, apresentados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Critérios de Inclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Artigos afins com o problema de pesquisa	Artigos/foco diversos do estudo
Ensino Superior	Outros níveis de ensino
Artigos com contexto, temática e foco da pesquisa	Artigos de contexto diverso

Fonte: A autora (2022).

Realizada a leitura dos resumos e demais informações relevantes, constatou-se que os sete artigos previamente selecionados na base de dados são aptos a embasar a presente revisão, já que trazem no seu bojo estudos sobre, pelo menos, um dos temas relacionados a uma das palavras-chave de pesquisa, sendo, portanto, pertinentes (mesmo que alguns somente em parte) ao objetivo desta revisão, o que será devidamente demonstrado no seu desenvolvimento.

Para facilitar o trabalho de análise, os referidos artigos foram catalogados de ART-01 até ART-07, nos termos do Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Autores, ano e título dos artigos selecionados

Código	Autores	Título
ART-01	Cespedes, Minhoto, Oliveira, Rosa (2021)	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo
ART-02	Garcia, Lara, Antunes (2021)	Investigação e Análise da Evasão e Seus Fatores Motivacionais no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade do Estado do Mato Grosso
ART-03	Lamers, Santos Toassi (2017)	Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia
ART-04	Ambiel, Cortez, Salvador (2021)	Predição da Potencial Evasão Acadêmica entre Estudantes Trabalhadores e Não Trabalhadores
ART-05	Pena, Matos, Coutrim (2020)	Percurso de estudante cotista: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior
ART-06	Moura, Mandarin, Silva (2020)	Evasão Escolar no Ensino Superior: Análise Quantitativa no Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará <i>Campus Bragança</i>
ART-07	Herbetta (2018)	Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG

Fonte: A autora (2022).

Após a seleção dos artigos, buscamos identificar as expressões que mais se repetiam. Para essa visualização, geramos uma nuvem de palavras (Figura 2). A imagem tem como fundo o mapa do Brasil, mas as palavras foram lançadas de forma aleatória, sem que a posição que se encontrem indiquem a região em que foram mencionadas.

Figura 2 - Nuvem de palavras contendo as mais utilizadas nos artigos analisados, referentes à temática da pesquisa



Fonte: A autora (2022).

Para criar a figura representativa acima, já que o destaque das palavras na imagem se dá em razão do peso que lhes é atribuído, fizemos uma contagem geral das palavras, apuramos a média, e lançamos no programa *wordclouds.com*, que gerou essa “nuvem”. Nota-se que as palavras evasão, ensino, superior, políticas e permanência, tiveram um peso maior (o que indica que foram as que mais se repetiram), provavelmente porque foram as palavras-chave para a seleção dos artigos da presente pesquisa, em consonância com o seu objetivo geral. Mas podemos observar, também, que as palavras estudantes, educação, universidade e trabalhadores igualmente tiveram importante destaque, o que acreditamos servir como indicativo de que os objetivos específicos da presente revisão também foram contemplados neste estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Feitas as considerações e demonstrações iniciais, os artigos identificados retro – tratados, a partir de agora, pelos códigos de ART-01, ART-02, ART-03, ART-04, ART-05 e ART-07, foram objeto de estudo, com vistas a organizar os seus conteúdos e interpretar os seus resultados, bem como confirmar as suas relevâncias para o projeto de pesquisa de mestrado que propõe analisar, especificamente, as políticas de permanência e os seus impactos sobre os percursos de formação dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Pampa - Unipampa *Campus* Bagé e, ao responder essa questão, identificar eventuais falhas no cumprimento dos programas sociais, bem como utilizar a pesquisa como ferramenta de avaliação e controle, a partir da qual seja possível propor ações de melhoria e ampliação dessas políticas, no intuito de reduzir os índices de evasão e melhorar o desempenho acadêmico.

4.1 CONTEXTO

A amostra traz estudos referentes ao ensino superior, de forma abrangente quanto à esfera de poder e gestão das Universidades onde as pesquisas foram realizadas, já que os trabalhos analisados tiveram por objeto instituições de ensino federais, ART-01, ART-03, ART-05, ART-06 e ART-07; instituição de ensino estadual, ART-02; e instituições públicas e particulares, ART-04, que aborda diversos cursos e áreas do conhecimento.

Essa mesma diversidade pode ser observada quanto às regiões em que estão localizadas as Instituições de Ensino Superior (IES): Estado de São Paulo (ART-01 e ART-

05), do Mato Grosso (ART-02), do Rio Grande do Sul (ART-03), do Pará (ART-06), de Goiás (ART-07) e um artigo apresenta estudo geral que abarca todas as regiões brasileiras (ART-04).

4.2 GÊNERO

Todos os trabalhos selecionados são artigos publicados em revistas conceituadas. Importante que se diga que há uma categorização básica, de acordo com indicativos de qualidade, cujos indicadores são classificados em A1 (mais elevado), passando por A2, B1 a B5, até C, sendo que os indicadores "A1" e "A2" são de excelência internacional e a classificação "B1" e "B2" são de excelência nacional.

A seguir, o Quadro 3 demonstra a classificação Qualis Capes para cada uma das revistas nas quais os artigos da presente revisão de literatura foram publicados:

Quadro 3 - Revistas de publicação dos artigos e classificação Qualis CAPES

Código	Qualis Capes	Revista
ART-01	A1	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro/RJ
ART-02	A2	Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas/SP
ART-03	A1	Educação em Revista UFMG, Belo Horizonte/MG
ART-04	A1	Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília/DF
ART-05	A2	Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas/SP
ART-06	A1	Revista Brasileira de Ensino de Física, São Paulo/SP
ART-07	A1	Horizontes Antropológicos, Porto Alegre/RS

Fonte: A autora (2022).

Como se vê, as classificações de qualidade dos periódicos em que os artigos sob análise foram publicados os autoriza a embasar a presente revisão.

4.3 METODOLOGIAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS SELECIONADOS

Identificando as metodologias utilizadas pelos artigos selecionados foi possível constatar que quanto ao caráter as pesquisas objetos da presente amostra tiveram cunho qualitativo, já que, conforme Richardson (1999) se propuseram a compreender a complexidade do problema, analisar a relação sob certas variáveis, compreender e classificar o fenômeno frente a contextos pré-determinados, buscando entender as especificidades de cada grupo social.

Importante ainda destacar que foram do tipo descritiva. Segundo Gil (2002, p. 46):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

No mesmo sentido, Andrade (2010) esclarece que a pesquisa descritiva se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los e o pesquisador não interfere neles; os fenômenos são estudados e registrados de forma imparcial.

Quanto aos procedimentos metodológicos foi possível constatar que os estudos incluíram pesquisa bibliográfica, que conforme Andrade (2010, p. 25) “constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas” e “tem sido a maneira tradicional de recuperar informações em qualquer das áreas do conhecimento humano”.

Ainda quanto aos procedimentos metodológicos, os trabalhos catalogados sob os códigos ART-02, ART-03, ART-04 e ART-07, além dos dados bibliográficos e documentais constantes dos registros das instituições de ensino e também dos portais oficiais do governo federal, em especial aquelas disponíveis junto ao sítio eletrônico do Ministério da Educação, utilizaram, ainda, levantamento que, segundo Gil (2002, p. 43) é a pesquisa “cujos dados são fornecidos por pessoas”, através de entrevista semiestruturada. Para Andrade (2010) esse tipo de entrevista permite maior liberdade, já que as perguntas não são rigidamente formuladas.

4.4 PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS NOS ARTIGOS

Para fins de identificarmos os principais autores trazidos na fundamentação de cada um dos artigos selecionados e estabelecer com segurança os seus principais referenciais teóricos, bem como o indicativo daqueles que mais contribuíram com nossa dissertação, se utilizou o critério tempo, selecionando-se aqueles cujos trabalhos foram publicados a partir de 2010, ou seja, aquelas pesquisas realizadas após a instituição do PNAES. Adotamos, ainda, um segundo critério, que foi identificar os autores que mais se repetiram em cada artigo, o que permitiu ter um panorama seguro de qual ou quais autores são considerados mais relevantes no referencial teórico de cada um dos sete artigos selecionados.

E, como o objetivo da presente revisão é tratar as informações e contribuições relevantes trazidas pelos sete artigos selecionados para a temática nosso projeto de pesquisa não serão analisados e/ou pesquisados nesse momento as contribuições dos autores que referenciaram os referidos trabalhos, contudo, fizemos um levantamento dos principais autores trazidos na fundamentação, para identificar se havia referencial comum entre eles, e identificamos alguns que se repetiram em dois ou mais artigos, a saber:

Quadro 4 - Autores comuns em dois ou mais artigos

	ART-01	ART-02	ART-03	ART-04	ART-05	ART-06	ART-07
BARDAGI, Marucia Patta		X		X			
HUTZ, Cláudio Simon		X		X			
PEREIRA, Tiago Ingeassia	X			X			
POLYDORO, Soely Aparecida Jorge;	X	X	X				
SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo	X	X	X			X	

Fonte: A autora (2022).

Como pode ser observado, à exceção do ART-07, que não possui nenhum dos autores do seu referencial teórico em comum com os outros seis artigos, os demais possuem ao menos um dos principais autores trazidos na sua fundamentação em comum com outro dos trabalhos analisados. Também é importante destacar que SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo, é citado por quatro dos sete artigos analisados e POLYDORO, Soely Aparecida Jorge, é referida em três.

Entendemos, desse modo, que os autores que se repetem nos artigos selecionados, apesar de não comporem a nossa revisão de literatura, já que esta é mais restrita e está limitada pelos critérios de busca e classificação previamente estabelecidos e justificados ao longo desse trabalho, foram considerados como referenciais da dissertação, por ser a menção reiterada desses pesquisadores importante indicativo de possuírem contribuições relevantes e pertinentes para o nosso projeto de pesquisa.

4.5 DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Abaixo, podemos comprovar que a evasão é pulverizada no ensino superior do país, através da observação dos dados compilados acerca da regionalidade dos estudos coletados:

Quadro 5 - Instituição de ensino e locus da pesquisa

Código	Instituição de ensino locus da pesquisa
ART-01	Cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo/SP
ART-02	Cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
ART-03	Curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
ART-04	Ensino Superior de todas as regiões brasileiras (proporcionalidade de participação na amostragem: Sudeste=45%; Sul=30%; Nordeste=17%; Centro-Oeste=5%; e Norte=3%)
ART-05	Cursos de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto/MG
ART-06	Curso de Licenciatura em Física – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará Campus Bragança
ART-07	Cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/GO

Fonte: A autora (2022).

O quadro acima é, aparentemente, indicativo de que a questão da evasão pode ser pulverizada e atingir a sociedade como um todo.

Importante chamar a atenção para os dados obtidos através da análise do ART-04, de autoria de Ambiel, Cortez e Salvador (2021), que realiza um diagnóstico geral da evasão em todas as regiões brasileiras, e não um estudo pontual para determinada região, instituição ou área do conhecimento, o que referenda o entendimento de que a questão da evasão é geral e não adstrita a uma determinada localidade ou realidade social e cultural, bem como que seus motivadores são diversos e vão desde questões vocacionais e institucionais, até questões socioeconômicas e de falta de suporte.

A seguir, traremos uma análise mais pontual e detalhada das contribuições dos artigos selecionados para compreender o fenômeno da evasão no ensino superior.

4.6 DOS FATORES/CAUSAS DA EVASÃO

Diversos são os fatores que contribuem para a evasão. Segundo Ambiel, Cortez e Salvador (2021), os principais preditivos para a evasão dizem respeito aos fatores vocacionais, interpessoais, institucionais, falta de suporte, carreira e desempenho

acadêmico. No ART-04 em que esses autores analisam a evasão sob a óptica dos estudantes trabalhadores e não trabalhadores, concluíram que, para os primeiros, o financiamento próprio dos seus estudos aumentou os motivos para a potencial evasão, desencadeado pelo fator falta de suporte.

Para Céspedes, Minhoto, Oliveira e Rosa (2021), ART-01, a questão de suporte (auxílio) é preponderante fator na redução da evasão, já que a sua pesquisa constatou que o percentual de alunos evadidos é maior entre aqueles que não recebem nenhum tipo de auxílio, do que entre aqueles que foram beneficiados, em alguma medida, por programas sociais.

Conforme Garcia, Lara e Antunes (2021), os dados obtidos na sua pesquisa (ART-02) reafirmam que as políticas de vagas apenas garantem o acesso ao ensino superior, mas não corrigem o problema da desigualdade social. Ainda, segundo esses autores, os fatores da evasão podem ser internos, relacionados às características das IES quanto aos cursos, ou externos, acerca dos aspectos econômicos, sociais, culturais e pessoais (vocacionais) dos estudantes.

Essa questão acerca dos fatores pessoais e institucionais resta bastante evidenciado no ART-03, onde Lamers, Santos e Toassi (2017), analisam esse tema sob a perspectiva de alunos e professores e apontam cinco categorias preponderantes da evasão: 1. adaptação; 2. conciliação dos estudos com atividades profissionais; 3. relacionamento com os pares; 4. sistema de avaliação da aprendizagem; e 5. suporte da instituição para a permanência do estudante.

O ART-05, de autoria de Pena, Matos, Coutrim (2020), que analisa o percurso dos estudantes quotistas em relação aos de ampla concorrência, é taxativo ao afirmar, em síntese, que, entre os quotistas, os estudantes evadidos pertencem ao nível socioeconômico "mais baixo", "baixo" e "médio baixo", mas que na amostra toda não existe diferença significativa na proporção de evadidos, se comparados os discentes quotistas com os estudantes de ampla concorrência.

Já para Moura, Mandarinó e Silva (2020) autores do ART-06, o fator vocacional é determinante da evasão. Os autores identificaram que, quanto mais no final do curso, menor é a propensão para o abandono.

Finalmente, quanto à temática, o ART-07, através da lição de Herbetta (2018), ao analisar as práticas de acesso e permanência da Universidade Federal de Goiás para os coletivos culturalmente diferenciados, aponta que as questões institucionais

- necessidade de democratização através de transformações estruturais e concretas
- são preponderantes na redução dos índices de evasão.

Desse modo, como podemos observar, inúmeras são as causas e fatores da evasão, mas todos os estudos indicam que elas estão intimamente ligadas com a falta de suporte para conciliar a vida de estudante com a de trabalhador ou familiar e pela necessidade de apoio material e econômico que permita frequentar os cursos e manter a sua subsistência.

4.7 DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Referem Saccaro, França e Jacinto (2016) que as ações do PNAES, voltadas ao estímulo e permanência dos estudantes, impactam positivamente na redução dos índices de evasão, já que estudos constatam que os alunos quotistas das Instituições Federais de Ensino Superior contemplados com auxílio permanência evadem-se menos que os alunos quotistas que não tiveram acesso ao benefício.

Importante destacar a necessidade de suporte ao aluno. Podemos constatar na leitura do ART-03, que faz um estudo de caso de um curso noturno de odontologia em que Lamers, Santos e Toassi (2017) apontam que além dos auxílios estudantis, simples ações de gestão poderiam impactar positivamente na redução da evasão, como a reorganização dos horários e dos turnos em que são oferecidas as vagas. Segundo Lamers, Santos e Toassi (2017), a oportunidade de o aluno trabalhador ter acesso aos cursos é muito restrita, já que muitos cursos (em especial os da área da saúde), via de regra são oferecidos em turno integral, o que impõe limitações ao estudante trabalhador na hora da escolha do curso superior.

Nesse caso, além de auxílio financeiro, que possibilitaria ao estudante dedicar-se integralmente ao curso, muitas vezes uma simples reorganização dos turnos em que os cursos são disponibilizados poderá reduzir, até de forma econômica, a evasão e ociosidade das vagas oferecidas.

Também impõe-se destacar que, segundo Ambiel, Cortez e Salvador (2021), autores do ART-04 que analisam a evasão sob o enfoque dos estudantes trabalhadores e não trabalhadores e compreende todas as regiões do país, abrangendo universidades públicas e particulares, a questão financeira é bastante evidenciada e, para enfrentar a evasão por motivos socioeconômicos, se faz necessário o investimento em políticas sociais que favoreçam a permanência nas

universidades públicas ou permitam a gratuidade e financiamento nas universidades particulares.

Para esses autores, a compreensão dos motivos da evasão entre os estudantes brasileiros (trabalhadores e não trabalhadores) poderá orientar as políticas públicas e ações institucionais a serem implementadas no sentido de garantir a permanência e conclusão dos cursos, já que o estudo concluiu que os riscos de evasão pela questão financeira são maiores entre os estudantes trabalhadores, pela questão da falta de suporte econômico para a manutenção e conclusão do curso, do que os não trabalhadores, que possuem apoio financeiro e suporte material da família, contando com essa importante rede de apoio (Ambiel; Cortez; Salvador, 2021).

Essa mesma questão pode ser observada no ART-05, onde Pena, Matos e Coutrim (2020) afirmam que a política de quotas tem colaborado para o acesso de uma parcela significativa de estudantes de camadas populares no Ensino Superior.

Garcia, Lara e Antunes (2021, p. 133), no estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (ART-02), identificaram a "predominância do fator financeiro como uma das principais causas da evasão". Corroborando essa conclusão, Moura, Mandarinho e Silva (2020), no ART-06, também em um estudo de caso, em suas considerações finais apontam a necessidade de serem ampliadas as políticas públicas para a conclusão e êxito do curso de Licenciatura em Física.

Ainda quanto ao tema, temos a lição de Herbetta (2018, p. 331), que registra:

Conclui-se, portanto, que a questão universitária é relacionada à noção de poder, e a forma como este é exercido na sociedade. Nesse contexto, uma universidade mais democrática é uma possibilidade no mundo real no mundo contemporâneo apenas se houver vontade pública dos agentes envolvidos – políticos, gestores, docentes e discentes. Isso, a despeito dos entraves estruturais e históricos, e do caráter ainda elitista da instituição).

De fato, o ART-01, que analisa os alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo, traz dados sobre evasão e refere que estudos comprovam que as ações do PNAES, voltadas ao estímulo e permanência dos estudantes, impactam positivamente na evasão. Tal constatação foi possível a partir da análise de um programa específico da Unifesp (Pape), o qual foi implementado na universidade a partir do permissivo do programa do governo federal (PNAES) (Cespedes; Minhoto; Oliveira; Rosa, 2021).

Especificamente sobre a importância do diagnóstico sobre a evasão, com levantamento dos seus dados e dos fatores que influenciam a decisão do aluno de evadir-se, Garcia, Lara e Antunes (2021) afirmam ser subsídio indispensável para orientar as políticas de gestão das IES no sentido de redução da evasão.

5 PRINCIPAIS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA

Finalmente, importante que se discutam os principais resultados e contribuições dessas pesquisas, já que foram importantes orientadores da nossa dissertação, cuja pretensão, após análise dos dados colhidos juntos aos sujeitos objetos da pesquisa, foi sugerir mecanismos de controle e ações de ampliação ou de melhorias nas políticas de permanência da Unipampa. Abaixo, uma síntese das principais contribuições dos autores acerca da temática sob análise.

Conforme Cespedes, Minhoto, Oliveira e Rosas (2021) autores do ART-01, o programa PAPE da Unifesp tem sido eficaz para garantir a permanência de estudantes vulneráveis e para promover condições de melhor desempenho acadêmico, contudo apontam a necessidade de ampliar seus recursos e transformar o PNAES em política de Estado. Apontam essa necessidade em razão das limitações orçamentárias do PNAES, que impõe às IFES a priorização de determinadas necessidades dos estudantes em detrimento de outras, o que importa em deixar parcelas de estudantes sem o suporte necessário.

Garcia, Lara e Antunes (2021) autores do ART-02, indicam que tanto a própria evasão quanto as razões que a ela levam variam conforme a área de estudo dos cursos, sugerindo que diferentes grupos de estudantes reagem de maneira distinta aos desafios encontrados no ambiente acadêmico. A pesquisa aponta ainda, que há diferenças no impacto de abandonos causados pelos diversos fatores motivadores da evasão, sendo essa taxa mais expressiva nos cursos de ciências exatas, e predominância do fator financeiro como uma das principais causas de evasão.

No ART-03, de autoria de Lamers, Santos e Toassi (2017) os pesquisadores identificaram cinco categorias principais de significado de retenção e evasão: a) chegada e adaptação à universidade; b) conciliação trabalho-estudo; c) vivências em sala de aula; d) avaliação da aprendizagem; e, e) papel da instituição de ensino na permanência dos estudantes. Indicam a necessidade de implementarem ações que contemplem as percepções de gestores, professores e estudantes no sentido de

mitigar os índices de evasão. Para os autores, ouvir esses sujeitos é fundamental para promover o sucesso acadêmico e a permanência dos estudantes no curso até sua conclusão.

Segundo Ambiel, Cortez e Salvador (2021), responsáveis pelo estudo apresentado no ART-04, os resultados indicam que os motivos para a evasão incluem aspectos relacionados à vocação, à carreira pretendida, ao desempenho acadêmico, à falta de suporte e também por questões interpessoais. Essas descobertas revelam que a potencial evasão pode ser entendida por meio de indicadores relacionados ao tipo de instituição, financiamento, autoavaliação do desempenho, satisfação com o curso, situação financeira, entre outros.

Analisando-se a relação entre estudantes que trabalham e os não trabalhadores, observa-se uma taxa de evasão maior entre estes últimos. Tais resultados destacam, ainda, que é necessária atenção para as especificidades que levam à formulação de políticas e práticas cujo intuito seja a permanência dos alunos na graduação e a otimização do planejamento da trajetória acadêmica e profissional dos estudantes, para cada um desses dois grupos.

Pena, Matos e Coutrim (2020), ao analisarem os percursos de alunos cotistas e não cotistas no ART-05, focaram mais no desempenho acadêmico dos estudantes, e concluíram que a maioria dos estudantes cotistas, embora tenha uma nota menor na pontuação do ENEM no ingresso, tem desempenho acadêmico similar ao dos estudantes da ampla concorrência; afirmam também que na amostra como um todo, ao comparar a reprovação e a proporção de evasão de estudantes cotistas e de ampla concorrência, não encontraram diferença estatisticamente significativa. Concluem que política de quotas tem colaborado para o acesso de uma parcela significativa de estudantes de camadas populares no Ensino Superior, sobretudo nos cursos de maior prestígio, mas também apontam a questão socioeconômica como um fator preponderante na evasão, apurando que mais de 90% dos alunos evadidos pertenciam ao nível socioeconômico mais baixo.

Ao analisarmos o ART-06 que trata do estudo de caso do curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará *Campus Bragança*, veremos que, segundo Moura, Mandarinino e Silva (2020), há necessidade do tratamento estatístico dos dados (número de ingressantes, matriculados e concluintes) da sinopse do ensino superior divulgada pelo INEP para calcular as diversas formas de evasão. Aduzem a necessidade de aprofundamento da pesquisa,

a fim de identificarem os motivos e as causas da evasão; de identificarem os agentes causadores da evasão nos primeiros semestres (nos quais afirmam ser maior o índice de evadidos) e de intensificar as políticas públicas para a conclusão e êxito do curso.

Finalmente, o último artigo objeto da presente revisão de literatura, ART-07, cujo texto descreve e analisa algumas políticas de inclusão e permanência da Universidade Federal de Goiás, conclui pela necessidade de democratização das universidades, mas que isso que somente será possível se houver vontade política dos agentes envolvidos – políticos, gestores, docentes e discentes – para superar os entraves estruturais e históricos, além do caráter elitista das instituições. Acrescenta que uma instituição que incorpora política e epistemologicamente a distinção ao transformar a sua dinâmica, e que também considera as diferenças entre os grupos populacionais, sua cultura, seus modos de compreender o mundo, é também capaz de promover uma sociedade mais tolerante, equilibrada e com uso mais consciente do poder.

Os estudos analisados apresentam uma análise minuciosa das complexidades da evasão no ensino superior, destacando a eficácia de programas como o PAPE da Unifesp e a urgência na transformação do PNAES em uma política de Estado para manter o apoio constante aos estudantes. A variação nas taxas de evasão entre áreas de estudo indica a necessidade de abordagens específicas e inclusivas que levem em conta as diversas dimensões da experiência universitária. Além disso, enfatizam a relevância de uma abordagem multidisciplinar para lidar com as causas da evasão, abrangendo questões socioeconômicas, acadêmicas e culturais. Destacam, também, que a transformação estrutural e cultural das instituições de ensino superior é crucial para democratizar o acesso e valorizar a diversidade, exigindo a colaboração entre políticos, gestores, professores e estudantes para promover um ambiente acadêmico mais equitativo e inclusivo, capaz de aumentar a permanência estudantil e contribuir para uma sociedade mais justa e mais coesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resolver ou mitigar o problema da evasão perpassa pela necessidade de maior apoio aos estudantes, quer seja no sentido de auxílio material, através das políticas de permanência e auxílio estudantil, quer seja pela reorganização e democratização das IES, no sentido de ajustes de turnos, ofertas de cursos e ações de gestão que enxerguem a realidade dos discentes (Lamers; Santos; Toassi, 2017).

Os estudos consultados, bastante diversificados quanto à regionalidade, apresentando dados que abarcam o Brasil de norte a sul, apontam que a evasão não se restringe a uma área geográfica, a uma determinada região ou realidade cultural, mas que atinge todas as regiões do país.

Podemos afirmar ainda, com base nas leituras sob análise – e isso referenda a nossa hipótese de pesquisa – que os maiores índices de evasão estão diretamente relacionados à questão financeira, realidade que se encontra alinhada com os estudos de Ambiel, Cortez e Salvador (2021), ou seja, à falta de suporte material e de apoio aos estudantes, especialmente àqueles oriundos das classes sociais mais vulneráveis economicamente e que, em função dessa realidade, não podem dedicar tempo integral e exclusivo à sua formação, precisando conciliar a graduação com atividades profissionais, já que necessitam trabalhar para a sua subsistência e, muitas vezes, auxiliar na subsistência das suas famílias.

Foi possível verificar, também, que a evasão em razão da falta de vocação para o curso escolhido também tem relação com a questão econômica, já que ante a impossibilidade de dedicação exclusiva à sua formação, muitas vezes a questão vocacional fica relegada a segundo plano, e o estudante – em razão da sua realidade socioeconômica – tem que se “colocar” em um curso compatível com sua disponibilidade e horários de trabalho, e não no curso que realmente gostaria, já que não possui o necessário suporte para esse fim. Desse modo, é possível que o abandono pela causa vocacional, se investigado mais profundamente possa revelar que possui relação direta e indissociável da questão socioeconômica.

Outra contribuição que os artigos selecionados trouxeram para o nosso estudo, foi quanto ao fato de não ser significativa a diferença entre evadidos cujo ingresso se deu através da reserva de quotas, daqueles estudantes que ingressaram através da ampla concorrência, quer seja nos percentuais dos alunos que abandonam os cursos, quer seja no rendimento acadêmico.

Dessa forma, pode-se inferir que este estudo, amparado pelos artigos selecionados, apresenta substancial contribuição para o debate a respeito do tema da evasão, no que tange à abrangência geográfica, sugerindo que o problema não se restringe a locais específicos; quanto às causas da evasão, destacando aspectos relacionados às questões financeiras; bem como a relação entre vocação e situação socioeconômica. Como limitações, podemos pensar que pode haver lacunas em dados disponíveis, porque os estudos relacionados à evasão dependem de

informações apresentadas pelos estudantes ou de processos avaliativos institucionais que nem sempre capturam todos os aspectos importantes sobre a questão.

Percebemos, por fim, que variados são os motivos do abandono dos cursos, mas que a maioria, em alguma medida, tem como fato gerador a questão material, pela falta de apoio e de suporte que lhe permita não só o acesso aos bancos universitários, mas a uma maior diversidade de opções, já que aqueles cursos que exigem tempo integral alijam do processo os estudantes mais vulneráveis socialmente.

Vemos que grandes são os desafios da gestão universitária para redução de tão grave problema, sendo necessário um diagnóstico junto à comunidade estudantil, corpo docente, gestores, políticos e afins e um debate que envolva toda a sociedade, já que a educação é libertadora, mas alcançar êxito nesse propósito é movimento do coletivo, não do individual.

REFERÊNCIAS

- AMBIEL, R. A. M.; CORTEZ, P. A.; SALVADOR, A. P. Predição da potencial evasão acadêmica entre estudantes trabalhadores e não trabalhadores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 37, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37305>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/28108/34198>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.
- CARDOSO, C. B. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S. C. P.; ROSA, A. S. *Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo*. *Ensaio: aval. Pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 maio 2022.
- COLVERO, R. B.; JOVINO, D. P. Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010. *Revista Argentina de Educação Superior*, [S. l.], v. 6, n. 8, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4753797.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

GARCIA, L. M. L. S.; LARA, D. F.; ANTUNES, F. *Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na universidade do estado de Mato Grosso*. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 112-136, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/thxzBNWwkN5bHpSH7cFcmFg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 3 jul. 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERBETTA, A. F. Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 305-333, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/qTpNY8bpMDPWpSLgdt4cjwM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698154730>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VKcKSJQxVhsPKgpNV8YMhzx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MOURA, F. A.; MANDARINO, P. H. P.; SILVA, S. C. P. Evasão escolar no ensino superior: análise quantitativa no curso de licenciatura em física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará campus Bragança. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v. 42, p. 17-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2020-0044>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/bhtcTySVy75pK8ntpkPzmKK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. E. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-51, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/4TXZQd4JLzHvcBLpDvbhBks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2022.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACCARO, A; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P.A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do

Iguaçu: ANPEC, 2016. Disponível em:
https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_1/i12-707be73e05304f27eb9f18ae5d235c9d.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Revista Poiesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 24 jun. 2023.

VELOSO, T. C. M. A. A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.